

“PLANEJAMENTO” COMO EXPRESSÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS: DAS REFORMAS
DE BASE À RAZÃO TECNOCRÁTICA NO BRASIL (1961-1967)¹

Sérgio RR Castilho
Universidade Federal Fluminense
Brasil

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020, no âmbito do Grupo de Trabalho 68 – “Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder”

1 - ANTROPOLOGIA DO PLANEJAMENTO E PLANEJAMENTO NO BRASIL

. O planejamento é, maneira geral, entendido como uma faceta da “modernização” da sociedade brasileira, relacionado a industrialização e a aplicação da ciência no desenvolvimento tecnológico, encontrando suas condições de amadurecimento a partir do fim da chamada da República Velha e da chegada de Vargas ao poder. Para a literatura com essa orientação, oriunda principalmente da história e da economia, o período entre 1930 e 1980 corresponde a emergência e progressiva importância do planejamento, que seria uma das forças dominantes a reorganizar a economia e a sociedade brasileira.²

Esta comunicação pretende explorar uma outra possibilidade interpretativa acerca do que seja o “planejamento” no Brasil: este não é considerado como o resultado de uma racionalidade fria e calculadora que progressivamente se imporia, a dar concretude ao fim anunciado da perfeição humana. Antes, consideraremos o “planejamento” como a expressão das paixões e interesses que tecem os fios da história, focalizando os aspectos temporais e imaginativos que o estabelecem como uma *promessa*, que pode ser mais ou menos convincente e mobilizadora/desmobilizadora. A promessa vinculada ao planejamento pode ter distintos graus de institucionalização e concretude, mas assume sempre algum elemento de obrigação moral que vincula o presente ao futuro produzindo, portanto, um tipo específico de sociabilidade que envolve atores estatais e não-estatais, experts e peritos, planejadores, cidadãos e investidores privados, assim como pessoas que não são parte dos projetos e das decisões tomadas (Abram; Weszkalnys, 2013: 10-15). Dessa forma, embora o “planejamento” e os “planos” pretendam pairar sobre os interesses e conflitos inerentes a vida social, eles são resultados pragmáticos e/ou expressivos daqueles, e colocam as relações políticas e de poder em primeiro plano, ainda que as requalifiquem.

Tomar o “planejamento” como expressão dos conflitos sociais implica em considerar, portanto, que aquele foi e é também – para além da existência de um núcleo comum a essa ideia-força, que está na base da mitologia do mundo moderno, a racionalidade – um instrumento político. O “planejamento do desenvolvimento” da sociedade brasileira se tornou uma poderosa mitologia a alimentar as disputas políticas e ideológicas entre 1930 e 1980. Diferentes tendências

² Ver Lafer, 1967; Monteiro e Cunha, 1973 e 1974; Fico, 2000.

políticas e ideológicas, em contextos distintos, propuseram o “planejamento” como forma de alcançar o mesmo grau de desenvolvimento que os países do chamado primeiro mundo. Nesse sentido a antropologia do planejamento e a antropologia do desenvolvimento se encontram profundamente entrelaçadas no Brasil (bem como, em maior ou menor grau, em todos os países “pós-coloniais”)³.

O recorte aqui estabelecido, que vai de 1961 a 1967, procura explorar, para efeitos de construção de um projeto mais amplo acerca da “antropologia do planejamento” no Brasil, uma conjuntura muito particular, na qual forças políticas e ideológicas bastante distintas que se sucederam no exercício do governo federal se valeram do “planejamento” para angariar legitimidade a seus projetos. O corte em 1967 é meramente analítico, utilizando como justificativa a chegada do segundo general, Costa e Silva, à Presidência da República.

O governo de João Goulart (1961-1964) apresentava o planejamento como uma promessa de mobilização e organização popular, que envolveria amplos setores sociais na gestão da coisa pública, enquanto a Ditadura Militar-Civil apresentava o planejamento como uma promessa de ordem e segurança, a ser realizado por competentes tecnocratas. Ambos os governos produziram “planos nacionais”: no caso do governo Goulart o Plano Trienal (janeiro-junho de 1963) e no caso da Ditadura o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-1967).

O texto irá se desenvolver da forma seguinte. No segundo ponto, iremos apontar a necessidade de nos desfazer de alguns supostos acerca do planejamento e do desenvolvimento, considerando estes como mitos modernos e localizando-os em nossa formação social. Vargas é o grande personagem, evidentemente, por sua centralidade no período que vai de 1930 a 1964, e além⁴. Mas o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) também é fundamental na medida em

³ Sobre a proximidade entre a antropologia do planejamento e a antropologia do desenvolvimento ver Robertson, 1984. O autor identifica no planejamento do desenvolvimento nacional uma das principais instituições do século XX (:02) e lembra que ao longo desse século praticamente todos os países do mundo tiveram um plano de desenvolvimento nacional. A primeira parte do livro é particularmente importante para nós porque o autor faz uma história do planejamento, evidenciando que os dois padrões que se apresentaram (aqueles derivados da Rússia pós-1917 e das políticas de combate a depressão nos anos 1930 nos EUA) se combinaram através de diferentes formas no planejamento de países como a Índia ou Indonésia, por exemplo (:07-68), aos quais podemos somar o Brasil. O autor sintetiza os dois padrões extremos: “Ambas as tradições nasceram de crises sociais, econômicas e políticas, mas procuraram remédios em diferentes tipos de intervenção econômica. Na Rússia, o imperativo era a reestruturação das relações sociais de produção; no Ocidente, o imperativo era o controle dos mercados” (:10).

⁴ Existe um razoável consenso, por parte dos historiadores, de que a morte de Vargas teria contido as forças conservadoras que tramaram para sua deposição, atrasando sua chegada ao poder em dez anos, o que teria ocorrido somente em 1964. Para além desse período, toda a estrutura administrativa criada ao longo das décadas de 30 e 40 e,

que permite entender o acirramento político e ideológico que caracteriza o início da década de 60 e conforma os usos políticos do planejamento no período que nos interessa. Num terceiro momento abordaremos os usos que o Governo João Goulart fez do planejamento, centrando o foco no Plano Trienal. Num quarto momento abordaremos os usos que a Ditadura Militar-Civil fez do planejamento, centrando o foco: 1) no Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica e na progressiva estruturação de um Sistema Federal de Planejamento, o que se irá concretizar em 1972; 2) no Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG. Num quinto e último momento esboçaremos algumas primeiras conclusões.

2 - DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO COMO MITOS MODERNOS: DE VARGAS À JANGO

Um primeiro ponto ao iniciarmos um esboço de antropologia histórica do planejamento no Brasil é lidarmos com uma terminologia e uma narrativa que, por tão consolidada e consagrada, tem impedido uma compreensão mais circunstanciada do passado. Queremos nos referir a própria apreensão dominante do período 1930-1980 como um período “desenvolvimentista”, no qual a sociedade brasileira teria atravessado transformações estruturais que a teriam inserido na mesma rota dos países “desenvolvidos”, ainda que com atraso. É essencial lidar com essa questão porque o planejamento a que estamos nos referindo aqui é sobretudo um “planejamento do desenvolvimento”.

Qualificar esse período de “desenvolvimentista” supõe determinados juízos de valor, que podem estar relacionados, como já afirmou Fiori (2001: 52-53), ao uso de lentes históricas de curto alcance. Lentes históricas com esse alcance podem ver aquele período como o momento da criação de “centros internos de poder”, dispostos a completar e operar um “sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se” (Furtado, 1959), por exemplo. Se olharmos esse mesmo período com lentes históricas de mais amplo alcance, no entanto, ele pode ser visto como um interregno a inserção subordinada no capitalismo global. O “desenvolvimentismo” se

especialmente a legislação trabalhista e a justiça do trabalho marcaram profundamente tudo que veio depois. CITAR FONTES.

efetivou de tal forma no Brasil que nossas elites econômicas e políticas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa e a acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular. Nesse sentido o governo Goulart, assim como o segundo governo Vargas, são um caso limite, interrompidos por se aproximarem perigosamente desse atrelamento.

A mitologia do desenvolvimento propugna, portanto, que os países periféricos ao capitalismo central devem seguir as receitas ditadas por aquele e por suas elites, de forma a supostamente repetir a trajetória dos países do “primeiro mundo”. O “planejamento” com que lidamos se insere na mesma esteira: é necessário aprender a planejar e planejar como os países do capitalismo central fizeram e fazem.

Em termos do capitalismo mundial, o Brasil (assim como toda a América Latina e algumas outras regiões do mundo) passa, entre o final do século XIX e início do século XX, da esfera de influência da Inglaterra para a dos EUA. Mas convém não antecipar e exagerar a influência americana nesse momento uma vez que, embora seja importante, não é ainda central, o que só irá acontecer a partir do início da década de 40⁵. Lembremos que a economia e a sociedade americanas atravessaram naquele momento os efeitos da forte crise que se manifestou entre a segunda metade da década de vinte e a primeira metade dos anos trinta.

A recuperação da economia americana coincidiu com a atmosfera densa que dá origem ao início da Segunda Guerra Mundial⁶. O esforço de derrota do descalabro que havia se tornado o nazi-fascismo e a construção de cenários para o pós-guerra levaram os EUA a (re)intensificar suas ações no território brasileiro. É nesse contexto mais geral de relações cambiantes com os

⁵ Dreifuss sustenta (1981: 38), a partir de relatórios do Sub-Comitê de Relações Internacionais do Senado Americano que em 1930 cerca da metade do capital estrangeiro existente no Brasil era britânico, e a quarta parte americano.

⁶ Muitos autores sustentam que a retomada da economia americana não dependeu apenas do New Deal, tendo o esforço armamentista relacionado à II Guerra desempenhado um papel fundamental. Veja-se, por exemplo, Rauchway, 2008: 07; 126-128. Son-Rethel (1987:89) é particularmente incisivo: “(...) the capitalist system was lifted off the rock of stagnation only by means of the arms race forced upon the world powers through the initiative of German fascism preparing for world war. There was, admittedly, a vestige of business revival in England in 1932 and in the U.S.A. in 1933, neither geared to war preparation. But by 1937 Roosevelt’s New Deal had spent its pump priming and reviving force and the American economy was on the verge of relapsing into renewed stagnation. Similar developments of rising unemployment followed in Great Britain. In essence the sequence to the world slump consisted of ten years of war economy”

EUA que devem ser entendidas as Missões e a Comissão Mista⁷, assim como os conflitos pós-50, quando Vargas irá progressivamente se aproximar dos trabalhadores urbanos e suas formas de organização.

Durante praticamente todo o seu primeiro período à frente do país (1930-1945), Vargas⁸ praticou uma política econômica “desenvolvimentista” e (re)desenhou a estrutura administrativa e institucional a partir de diretrizes que resultaram do encontro entre as novas forças modernizantes-conservadoras que chegam ao poder em 1930 (e que se radicalizam em 1937, com o Estado Novo) e dos interesses americanos que, como vimos, se intensificam a partir do início da década de 40. Isso gerou um tipo específico de “planejamento”, que deve ser analisado detidamente em outro lugar⁹. Sublinhe-se no momento apenas o papel das novas estruturas institucionais, em especial aquelas voltadas à política econômica e a construção de formas primeiras de uma contabilidade nacional.

O segundo governo Vargas¹⁰ manteve o equilíbrio de forças característico da primeira fase mas, à medida que a oposição e a UDN galvanizavam o apoio das classes médias e dos

⁷ Para a Missão Cooke ver Oliveira, 2003. Para a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1950-1954) ver Rodrigues, 2012. Os dois trabalhos são pesquisas ricas e originais e propõem repensar as relações entre o “desenvolvimentismo” como um projeto “nacional” e os interesses norte-americanos. Rodrigues propõe uma perspectiva que engloba todas as “missões” e “comissões americanas” (:16-17): “O projeto desenvolvimentista e sua ideologia será considerado aqui como formando uma coligação contraditória com o imperialismo estadunidense sendo, portanto, influenciado por suas práticas e instituições”. Foi a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que, entre outras coisas, propôs a criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento, que se materializou em 1952 como BNDE e, em 1972, se tornou o atual BNDES.

⁸ Se considerarmos o “planejamento do desenvolvimento” como um sistema material e simbólico que é composto por diversas camadas de significado que são inesgotáveis, é muito justo colocar Vargas na confluência de muitas dessas camadas. Como conciliar a visão predominante de Vargas como um arquiteto e planejador das instituições modernas com sua reconhecida dimensão pragmática? O lançamento da importante trilogia do jornalista Lira Neto (2012, 2013 e 2014), que se utiliza fundamentalmente dos Diários de Getúlio como fonte, reforça a percepção de que a dimensão pragmática da atuação do líder foi pelo menos tão importante quanto a dimensão estratégica.

⁹ Existe uma vasta bibliografia a ser trabalhada nessa direção. Monteiro e Cunha (1973) destacavam que “(...) dos períodos propostos para análise do planejamento, aquele entre 1930-1945 é por certo o mais relevante e, curiosamente, o menos analisado”. Para os autores (professores do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), “No período 34-45 a maior parte dos chamados planos então apresentados (Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, ou Plano Especial (1939-1943); Plano de Obras e Equipamentos (1944-1948, descontinuado em 1946) não passavam de reforço do orçamento da União e, em consequência, o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público, criado em 1938) era considerado o órgão central de planejamento no Brasil” (idem: 1-3). Não obstante a crítica ao formalismo das análises acerca do planejamento, os autores acabam incorrendo no mesmo erro. O artigo descreve, para o período entre 1930 e 1945, o funcionamento do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCEX, 1934-1949), da Coordenação da Mobilização Econômica (CME, 1942-1945), do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC, 1944-1946), mas o faz a partir das atas de funcionamento desses órgãos e das listas de nomeados para eles.

¹⁰ O governo de Dutra (1946-1950) pode ser visto como um interregno às tendências “desenvolvimentistas” e “estatistas” de Vargas, ainda mais se lembrarmos que ele deve ser dividido em dois momentos. Um primeiro no qual

conservadores, pendia progressivamente às classes trabalhadoras urbanas e ao enfrentamento a penetração do capital estrangeiro. Getúlio se equilibrava entre as tentativas de maior controle da economia, nacionalização de setores econômicos estratégicos e a necessidade de negociar politicamente seu programa e suas medidas. Dois exemplos importantes para nossa perspectiva são as tentativas de criação de um Ministério da Economia, em 1950 (atendia a uma reivindicação do II Conferência Nacional das Classes Produtoras, em 1949), e de um Conselho de Coordenação e Planejamento, em 1952. Ambos foram apresentados à Câmara de Deputados e retirados em função da resistência política (Monteiro, Cunha, 1974: 13-14).

Juscelino Kubitschek – que tinha recorde-se, João Goulart (ex-ministro do trabalho de Vargas por um curto e atribulado período) como seu vice - teve, para manter suas condições de governabilidade, que se equilibrar entre a herança varguista recebida e a crescente penetração do capitalismo americano e global, ao qual correspondeu a gestação de novos atores e instituições dedicados a garantir os interesses norte-americanos cada vez mais amplos¹¹. A aliança que dava base ao governo (PSD-PTB) e a herança varguista lhe angariaram ferrenha oposição por parte da UDN e seus aliados o que se materializou, como é sabido, numa tentativa de impedir sua posse (para o governo JK ver Benevides, 1979).

É diante desse cenário de crises prematuras que deve ser considerada a elaboração e o lançamento do Plano de Metas (1956-1960)¹², uma ousada tentativa de conquistar apoio,

se tentou uma política mais adequada a uma matriz “liberal” e que teve como resultado uma grande crise cambial; um segundo no qual, ao que consta, se tornou imperativo algum tipo de coordenação dos gastos públicos. Nesse segundo momento é que se propôs o plano Salte, uma tentativa de realizar um plano quinquenal. Segundo Skidmore (1981: 96-100), apesar de incorporado ao projeto de orçamento de 1949, o plano nunca foi efetivamente aplicado, funcionou apenas durante um ano e foi abandonado em 1951.

¹¹ A pesquisa seminal de Dreifuss (1981) acerca do Golpe de 1964 serviu aqui como guia para se entender como à crescente penetração do capitalismo americano ao longo das décadas de 40 e 50 correspondeu a gestação, nascimento e consolidação de atores mais ou menos institucionalizados que defenderam os interesses manifestos daquele país. Para tal foram extensamente utilizados, no movimento golpista que levou a deposição de Jango, aquilo que o autor chama, numa reoperacionalização da noção de anéis burocráticos (de FHC), de *anéis burocrático-empresariais*. Falar em anéis burocrático-empresariais (:110) tem a vantagem de lembrar que os burocratas, apesar de ocuparem posições burocráticas eram, em sua maioria, empresários e que tais anéis, ao favorecerem quase exclusivamente interesses empresariais contra outros setores da sociedade civil, tendem a ser mais permanentes do que efêmeras e eventuais ligações econômicas, estabelecendo conexões empresariais regulares com o “Estado” que ultrapassam as normas burocráticas rotineiras. A pesquisa também revela a importância das campanhas de propaganda feitas sobretudo através do IPES e do IBAD.

¹² “O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Esse percentual demonstra por si só que os outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos

ampliando a experiência que tivera com sucesso como governador de Minas Gerais (1951 – 1955) quando governara tendo como peça central um “plano de desenvolvimento” calcado no binômio energia-transportes. Como afirmou Celso Lafer (2002, p. 62), o presidente “[...] elegeu o futuro como ponto de referência para orientar a ação governamental” (Benevides fala numa “política da esperança”).

O Plano de Metas se legitimava também a partir de sua fundamentação técnica, um outro aspecto fundamental à atividade de planejamento. Ele se valia das informações e dos relatórios técnicos elaborados por economistas, administradores e outros especialistas em planejamento. O órgão responsável pela execução do Plano – o Conselho de Desenvolvimento - estava diretamente subordinado a Presidência da República e tinha como secretário – executivo o presidente do BNDE (Roberto Campos - 1958-1959 - entre eles). Além disso o Conselho de Desenvolvimento atuava através de Grupos Executivos, aos quais cabia a responsabilidade pela concessão de incentivos ao setor privado para que as metas de que tratavam fossem atingidas. Dessa forma, o Conselho terminou por produzir uma administração paralela que, se por um lado contornou as dificuldades inerentes relativas a burocracia estatal, por outro foi um elemento que facilitou a penetração do capital estrangeiro e do americano em especial¹³.

O “sucesso” do Plano de Metas¹⁴ e a ascensão do planejamento a partir de então também está diretamente relacionado a essa independência de fato que os planejadores tinham em relação as estruturas formais de tomada de decisão. O resultado geral foi, sem dúvida, a atualização da estrutura produtiva, com uma grande aceleração da industrialização e urbanização, que também se tornou dependente e associada ao capital americano e internacional, como mostrou Dreifuss. O acirramento das contradições entre os interesses do grande capital multinacional e dependente e associado por um lado, e a crescente organização e as demandas dos trabalhadores urbanos e do campo, por outro, gerou a conjuntura aguda do início da década de 60.

primeiros. A construção de Brasília não integrava nenhum dos cinco setores. ” (da Silva, Verbete “O plano de metas”, do CPDOC).

¹³ Para Ianni, “o uso de ‘grupos executivos’ por JK é análogo à estrutura associativa criada nos últimos anos do Estado Novo. Em ambos os casos o executivo procurou entrar em contato direto com o setor empresarial a fim de ‘dinamizá-lo’” (1965: 233-234)

¹⁴ Esse sucesso permite afirmar, por exemplo, que “(...) o Brasil vinha passando, desde a década de 1930, por um processo de substituição de importações não-planejado, e a falta de planejamento seria a causa dos constantes desequilíbrios no balanço de pagamentos” (Verbete “O plano de metas”, do CPDOC). Existem, portanto diferenças entre o planejamento da década de 30 e o planejamento da década de 50 que devem ser exploradas e melhor explicadas.

3 – O PLANO TRIENAL E A MOBILIZAÇÃO QUE NÃO HOUE

A instabilidade que foi a marca do segundo governo Vargas e assombrou JK até que este evidenciasse sua capacidade de articulação com o grande capital foi a característica central do governo de João Goulart. Os gastos de JK com o Plano de Metas e a construção de Brasília legaram um enorme endividamento externo e uma inflação que não parava de crescer, junto a um proletariado industrial também crescente, que se organizava e demandava melhores condições de vida.

Chegando a presidência da República pela via de uma legislação que permitia a eleição de presidente e vices de chapas concorrentes e pelo acaso da renúncia de Jânio, Jango acumulou crises e governou sob o signo da resistência à sua política econômica¹⁵. Filiando-se a uma corrente de esquerda do trabalhismo, um dos vários grupos de força que apoiava o bloco no poder capitaneado por Vargas desde 1930 (“populista”), mantinha vínculos com os trabalhadores urbanos e com uma perspectiva nacionalista na economia, fortemente influenciada pelo terceiro-mundismo que, desde a Conferência de Bandung em 1955, vinha ganhando força internacionalmente (Referencia).

Jango procurou popularidade e ampliar suas bases de governo ao, retomando as prerrogativas do presidencialismo (foi vitorioso no plebiscito de 6 de janeiro de 1963¹⁶), acenar com um programa de governo – o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 – “(...) que apelava a união para a salvação do país” (O Globo, 2 de janeiro de 1963). Ao agir desta forma talvez procurasse emular o sucesso de JK com seu Plano de Metas. Mas também exercia um tipo de ação política que combinava, na perspectiva do “planejamento”, pelo menos três vetores históricos e sociais: as duas tradições já citadas por Robertson (1984: 7-68), a saber,

¹⁵ Celso Furtado afirmou: “O governo Goulart a rigor, nunca existiu (...) Foi demasiadamente contestado pelo sistema de poder no Brasil, seja pelos setores privados, seja pelos setores militares. [Goulart] nunca conseguiu sair de uma situação de transitoriedade. No começo sua luta foi para fundamentalmente para restabelecer o poder do presidente e, em seguida, foi absorvido pelo problema sucessório. (...) o governo Jango (...) não pode ser comparado a um governo normal”. (Ricupero, 2017: 469)

¹⁶ Essa vitória parece, no entanto, ter induzido Goulart a acreditar que tinha maior respaldo popular do que aquele que se evidenciou no desenrolar dos acontecimentos. Todos os potenciais candidatos presidenciais as eleições futuras de 1965 – JK, Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Miguel Arraes, etc. - tinham interesse na vitória do presidencialismo, e não apenas Jango. Dreifuss (1981: 149) afirma que “(...) ao tentar reverter o sistema presidencial Goulart recebeu o apoio aparentemente paradoxal do bloco modernizante-conservador. Um dos mais importantes articuladores e apoiadores financeiros dessa operação foi José Luís de Magalhães Pinto, associado ao IPES, sobrinho e homem-chave de Magalhaes Pinto. ”

aquelas derivadas da Rússia pós-1917 e das políticas de combate a depressão de 1930 nos EUA e as formas de planejamento e desenvolvimentismo elaboradas no âmbito da CEPAL.

A vitória no plebiscito pode ser considerada, como observam diversos analistas, um novo começo do governo Jango, que decidiu aproveitar para mudar seu ministério, incluindo a chegada de Almino Afonso como ministro do Trabalho e Previdência Social. Para coordenar os trabalhos do Ministério Extraordinário do Planejamento foi chamado Celso Furtado, um jovem e brilhante economista que fazia parte da nova tecnocracia que se gestava entre o mundo universitário e a administração pública.

Vindo da Paraíba, Furtado formou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1944 pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e após servir na FEB na Itália fez um doutorado em economia da Universidade de Paris-Sorbonne, concluído em 1948 com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial. Antes de ir para o Chile retornou ao Brasil e atuou no DASP e na Fundação Getúlio Vargas. No Chile, onde foi sediada a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, órgão das Nações Unidas, tornou-se uma das figuras centrais da chamada escola cepalina), Junto com Raul Prebisch, Oswaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e outros. A CEPAL foi um centro de debates sobre os aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento e do planejamento necessário para superá-lo. De volta ao Brasil, presidiu na década de 50 o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Criou em 1959 (no mesmo ano em que lançou seu clássico "Formação Econômica do Brasil"), a pedido do presidente Juscelino Kubitschek, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), um marco nas estratégias do chamado desenvolvimento regional. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Furtado. Acesso em 27/09/2020).

Esse rápido mergulho na trajetória de Furtado foi necessário para construir a hipótese acerca das contradições entre um planejamento que foi propagandeado sobretudo como um elemento de mobilização, mas foi posto à cargo de tecnocratas que, embora bem-intencionados e conhecedores da realidade do país, não possuíam nenhuma forma de articulação efetiva com os movimentos sociais e populares. Também não se tentou, até onde sabemos, nenhuma forma de pedagogia ou propaganda de massas em torno do planejamento. Ao contrário, a medida que à crise de deslegitimação do governo avançava, Goulart extinguiu o Ministério do Planejamento,

exonerou Furtado e também o Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, criando um simbólico escritório de Coordenação do Planejamento Nacional. (Furtado, Rosa, 2011: 21)

O Plano Trienal não era “esquerdista”, nem constituído de uma série de “reformas de base” – como muitos opositores à época afirmavam -, prognosticando um “processo de desenvolvimento sustentado”, com uma taxa de crescimento anual em torno de 7% e uma redução progressiva da inflação. Era um plano alentado, contando com um diagnóstico profundo da economia e constituído por quatro partes. Uma primeira intitulada “Bases políticas do desenvolvimento”¹⁷ (Furtado, 1962); uma segunda intitulada “Projeções globais e condições da estabilidade” e continha os tópicos “Projeções globais e principais metas setoriais”, “Condições de estabilidade interna”, “Condições de estabilidade interna” e “Correção dos desequilíbrios globais”. A terceira parte se intitulava “Programa setorial” e continha, além de planos para o desenvolvimento das atividades industriais, agrícolas e de abastecimento e de investimentos em infra-estrutura, dois tópicos dedicados, respectivamente a “melhoria do conhecimento do potencial de recursos naturais” e aos “pré-investimentos em aperfeiçoamento do fator humano”. Este último se dividia entre um “Plano nacional de educação” e “Saúde”. Finalmente a última parte intitulava-se “Reformas de base requeridas pelo desenvolvimento”, descrevendo quatro tópicos: diretrizes para a Reforma Administrativa, diretrizes para a Reforma Bancária, diretrizes para a Reforma Fiscal e diretrizes para a Reforma agrária.

O Plano Trienal foi uma demanda do presidente da República feita em setembro de 1962 quando foi criado o Ministério Extraordinário do Planejamento. O cargo previa que o ministro elaboraria um plano ao país, a ser apresentado ao Conselho de Ministros até o final do ano. Durante a cerimônia de posse Goulart lembrou que o ministro tinha a “(...) responsabilidade de elaborar o plano de desenvolvimento nacional, um plano de recuperação nacional - um fato marcante na vida política do país” (Furtado, Rosa, op.cit.: 07).

¹⁷ O ponto I dessa primeira parte fazia um balanço das “Características e tendência do desenvolvimento recente”. O ponto II, “O desenvolvimento planejado”, argumentava: “A planificação econômica pode ser entendida como um esforço de coordenação, com vistas a fins pré-estabelecidos, das principais decisões que estão sendo permanentemente tomadas em um sistema econômico. As decisões econômicas mais importantes, do ponto de vista do desenvolvimento, dizem respeito ao processo de formação de capital, que tem na poupança e o investimento o seu verso e reverso. (...). Durante muito tempo foi suposição geral que a planificação somente seria possível ali onde as decisões econômicas estivessem totalmente centralizadas. Isto seria verdade se o comportamento dos empresários, no que respeita aos investimentos, não obedecesse a quaisquer padrões. Identificados estes padrões, assim como os fatores principais que condicionam o comportamento do empresário-investidor, já não seria difícil conceber políticas visando a orientar o processo de formação de capital em economias de livre-empresa”. Furtado, 1962, p. 73 (In Furtado, Rosa, 2011).

O Plano Trienal assumiu, portanto, dada a conjuntura na qual se inseria, o papel de uma peça fundamental na propaganda do governo, constituindo uma espécie de programa estratégico de governo. Furtado tinha estado na Casa Branca em 1961 num encontro tido como bem-sucedido com o Presidente John Kennedy, onde foi falar sobre a experiência “bem-sucedida” da SUDENE. Em dezembro do ano seguinte o irmão do presidente americano, Robert Kennedy, então Ministro da Justiça, veio ao Brasil se reunir com Jango. Furtado não participou da reunião – que incluiu o Embaixador Lincoln Gordon, diretamente implicado no Golpe de 64, como sabemos¹⁸ - mas ele e seu Plano Trienal eram motivo de receio. Os americanos estavam, segundo Furtado, “angustiados”, porque pesquisas indicavam que Goulart iria ganhar o referendo e retomar seus poderes presidenciais, “querendo que o presidente se comprometesse a não cair na mão da esquerda, do nacionalismo”. Furtado continuou: “Havia uma confusão na cabeça dos americanos entre nacionalismo, esquerdismo e comunismo. Tudo era antiamericanismo O problema deles era identificar antiamericanismo em qualquer política esquerdista ou nacionalista” (In: Furtado, Rosa, 2011: 17”)

A tarefa dada pelo Presidente da República (“elaborar o plano de desenvolvimento nacional, um plano de recuperação nacional”) afigurava-se particularmente difícil porque as contradições que sustentavam o bloco no poder (“populista”) não permitiam mais a criação de pontos de convergência, o que fica claro na forma como distintos atores e forças políticas reagiram ao Plano Trienal. Segundo o relato de Rosa Furtado:

“Alguns grupos de empresários, como os da FIESP e da CNI ainda mostravam interesse em prosseguir com o plano, mas as associações comerciais iam contra o ‘estatismo’ de um projeto elaborado por um ministro ‘socializante’. (...) Em janeiro, quando o plano engatinhava, Luiz Carlos Prestes, secretário geral do Partido Comunista, o denunciava como ‘uma tentativa da burguesia ligada aos

¹⁸ As provas documentais acerca do envolvimento direto dos EUA na articulação do Golpe de 1964 são hoje conhecidas e de fácil acesso. As gravações do governo Kennedy evidenciaram que já em julho de 1962 o governo não tinha dúvidas sobre a conveniência de um golpe militar. Caso o Golpe articulado pelos militares sofresse resistência e gerasse luta, a operação Brother Sam (que envolvia chegada de uma força-tarefa americana à costa do Rio de Janeiro em 12 de abril), articulada pelo governo Lyndon Johnson, já estava preparada. Um embaixador – Lincoln Gordon – e um adido militar – o coronel Vernon Waters – foram os elos de ligação com os golpistas no Brasil (Ricupero, 2017: 438-439). Sobre o envolvimento dos EUA no Golpe de 1964 ver ainda Green e Jones, 2009.

interesses internacionais de aumentar o ritmo de desenvolvimento e reduzir a inflação com a manutenção do privilégio do capital imperialista e do setor agrário-exportador'. Inversamente, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, bradava que 'o Sr. Celso Furtado ainda confunde o enriquecimento do povo com o enriquecimento do Estado e pensa que o governo cria riqueza'" (op. cit.: 20)

4 – A DITADURA MILITAR-CIVIL E O PLANEJAMENTO

A ditadura militar-civil teve, entre as razões do sucesso para a tomada do poder, entre outros elementos: 1 – uma propaganda muito bem articulada, direcionada e devidamente abastecida de recursos, que insuflava contra a inflação, a carestia, e a “desorganização” que tomava conta do país, com a extirpação do “comunismo” (Dreifuss, op.cit.); 2 – a incapacidade do governo de Jango de garantir condições sociais de legitimidade, baseadas fundamentalmente na mobilização popular; 3 – a divisão entre as forças de oposição frente ao novo regime. Muitos líderes civis acreditaram que o movimento golpista contra Jango seria, como os próprios militares retoricamente afirmavam, de curto fôlego e, uma vez enfrentados “(..) os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” (Ato Institucional no 1), os militares retornariam aos quartéis e a “democracia” seria restaurada. Lacerda e JK, potenciais candidatos a eleição presidencial de 1965 que não aconteceu, fizeram cálculos dessa ordem, mas são apenas as expressões nacionais mais visíveis de um oportunismo recorrente.

Os novos governantes se atribuíam uma função “restauradora” das instituições e da democracia que estariam sendo destruídas pela infiltração “purulenta” do “bolsão comunista”. Ao mesmo tempo, procuraram manter uma aura de continuidade para com tudo aquilo que consideravam correto e adequado. Esse era o caso do “planejamento”, desde que destituído de

seus componentes “subversivos”. Roberto Campos (1994: 559-560) narra o convite que Castelo Branco lhe fez para ser ministro do Planejamento da seguinte forma¹⁹:

“Chamei-o, senhor embaixador, porque a Lei Delegada nº 2 me faculta a designação de dois ministros extraordinários. Pretendo persuadir o general Cordeiro de Farias a aceitar a responsabilidade da coordenação dos assuntos regionais, particularmente do Nordeste. Será, por assim dizer, o meu “ministro das catástrofes”. Para o outro lugar imaginava solicitar sua cooperação para retomar os trabalhos do Planejamento, interrompido na última fase do governo Goulart”.

Os apelos por “ordem” e “restauração” estavam, assim, no centro da propaganda da Ditadura, que apregoavam a capacidade técnica e estratégica que o novo regime teria para “organizar” o país e o recolocar nos seus devidos rumos, tarefa para a qual o planejamento seria central. O convite a Roberto Campos é coerente com tais propósitos, uma vez que Campos era um dos mais bem-acabados exemplares de uma certa tecnocracia que se gestou no Brasil especialmente a partir das décadas de 40 e 50, nos marcos do “planejamento do desenvolvimento”, e que transitava com desenvoltura entre os órgãos da administração pública e da iniciativa privada, nacional e internacional.

Campos, era, assim, a pessoa certa no momento certo e no local adequado. Ele tinha conexões tanto com o grande empresariado nacional e internacional (e americano, em primeiro lugar) quanto com os militares, além de possuir experiência e formação como economista, embaixador e administrador. Não é desmedido conjecturar que o seu elevado capital cultural permitiu abrir portas entre a tecnocracia que rondava os militares à espera de uma oportunidade,

¹⁹ Esse tópico sobre a ditadura militar-civil e o planejamento se valeu das discussões e formulações relativas ao Capítulo IV (“O ‘mito de origem’ em contexto - Continuidades e inovações institucionais”) do livro “Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas: etnografia de uma instituição” (Teixeira; Castilho), resultado de uma pesquisa realizada no IPEA por uma equipe de antropólogos entre 2013 e 2016, a ser publicado em breve. Agradeço aos colegas Andrea Lobo e Bruno Titorelli pela colaboração na pesquisa como um todo e, especialmente, a Carla Teixeira, que ficou responsável pela coordenação geral da pesquisa e também pela elaboração final do referido capítulo.

destituída, regra geral, de tais refinamentos. Ele foi um dos grandes responsáveis pela importância que o planejamento assumiu para a Ditadura, sendo também um formulador²⁰.

Roberto Campos (1917-2001) inicia sua trajetória no Itamaraty, onde entrou ainda jovem por concurso (1939) e durante muitos anos conciliou a carreira diplomática no exterior com sua formação em economia: graduação na Universidade George Washington e pós-graduação na Universidade de Columbia. Participou da Conferência de Bretton Woods, responsável pela criação do Banco Mundial e do FMI, e também das negociações que resultaram na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico/CMBEU (1950) – da qual veio a ser conselheiro técnico. No ano seguinte, integrou a assessoria econômica de Vargas, tendo participado da elaboração do anteprojeto de governo para a criação da Petrobrás e, como membro da referida Comissão Mista, também da criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico/ BNDE em 1952 – no qual fez parte de seu primeiro corpo de diretores e veio a ser presidente em 1958. Neste percurso, articulou o convênio BNDE-CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), contribuiu para o Plano de Metas de JK, integrou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB já na sua criação em 1955 e manteve grande proximidade com a Escola Superior de Guerra/ESG – na qual lecionou cursos de formação. Fez parte da direção da Associação Nacional de Programação Econômica e Social/ANPES, fundada no final do governo Goulart, junto com Mário Henrique Simonsen.

A ditadura estruturou não só um Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica” como criou uma série de órgãos voltados ao “planejamento do desenvolvimento” – um dos mais prolíficos foi o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (criado em 1965²¹) – e, em 1972, um Sistema Federal de Planejamento (SFP)²².

²⁰ Roberto Campos está a exigir um trabalho de pesquisa mais detido sobre suas ações, sua obra e o papel do “planejamento”. Uma rápida procura parece apontar pequena produção crítica, altamente polarizada em função de apreciações político-ideológicas particulares.

²¹ Para o IPEA ver o já citado Teixeira e Castilho, a sair.

²² As duas primeiras Diretrizes da Reforma Administrativa do Plano Trienal afirmavam: “A reforma administrativa visa basicamente a introduzir o máximo de racionalidade na ação do governo, tanto com respeito ao funcionamento dos seus centros de decisão como no que concerne a atuação dos órgãos executivos. As diretrizes a adotar são as seguintes: a) Separação das atividades de planejamento das de execução, dentro de cada ministério e no conjunto da administração. Com vistas a dar unidade de ação ao governo, se criará um sistema de planejamento que permitirá a cada órgão principal atuar dentro das diretrizes de um plano, concebido em nível do próprio órgão, mas integrado na política geral do governo. A elaboração da proposta orçamentária será realizada em íntima conexão com o sistema de planejamento. **O Planejamento de obras será plurianual, dentro de diretrizes e quantitativos a serem submetidos ao Congresso.** A execução do Plano obedecerá a esquemas analíticos elaborados no nível dos

Tratava-se de construir um sistema de planejamento no qual a “técnica” (entendida como capacidade de execução) se desvinculasse da “política” (entendida como um elemento que dificulta as decisões técnicas, seja atrasando ou submetendo estas à “corrupção”), através de um processo profissional e técnico de implementação sem ingerências da classe política (partidos políticos, organizações sindicais, movimento estudantil e outros movimentos sociais). Apelava-se a racionalidade hierárquica, com controles centrais de implementação (ver o anexo I para um exemplo de organograma proposto por um pesquisador).

Ao mesmo tempo em que essa estrutura ia sendo montada, o novo regime criou uma série de colegiados de ministros e outros membros de órgãos econômicos de cúpula como estruturas organizacionais *sui generis*. Alguns dos principais conselhos desse período são o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e o Conselho Interministerial de Preços (CIP). Mesmo sem terem vinculação executiva com o Ministério do Planejamento, nesses colegiados “(...) é que se coordenaria a tomada de decisões de curto e longo prazo” (Monteiro e Cunha 1973: 1050-1053).

A descrição que Monteiro e Cunha fazem do SNP evidencia que a ditadura procurava continuidade para com as propostas de planejamento do governo anterior, mas parece que “planejar” é uma espécie de trabalho de Sísifo, a rolar constantemente as pedras dos interesses particulares para um sopé onde são atendidos os desígnios últimos dos particulares, e não de qualquer entidade divina.

“(...) O Organismo Central de Planejamento é a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento; no segundo nível (“setorial”) as Secretarias Gerais dos demais Ministérios; no terceiro nível (‘seccional’) estão os setores relevantes da administração indireta. O SPF é criação da Reforma Administrativa (1967) e assim seus objetivos são

ministérios e coordenados pelo órgão central de planejamento, que detalhará os esquemas financeiros correspondentes e assegurará a entrega regular dos recursos em função do plano geral de execução orçamentária. O órgão central de planejamento, que deverá ter categoria ministerial, acompanhará a execução de todo o Plano.

b) Articulação de todos os órgãos regionais de desenvolvimentos, cujos planos deverão ser apresentados em conjunto e integrados no plano geral. A ação dos órgãos regionais deverá concentrar-se em: a) planejamento e controle da execução de programas de obras de determinadas regiões; b) execução de programas de pré-investimento, visando o melhor conhecimento das reais possibilidades dessas regiões. Os órgãos de desenvolvimento regional deverão estar vinculados ao órgão central de planejamento”. (Furtado, 1962: 425). Com exceção da frase posta em negrito, a ditadura realizaria todo esse programa...

essencialmente administrativos e orçamentários, mais do que de coordenação econômica strictu sensu. (...). Porém mesmo na sua concepção administrativa o SPF parece desfocado com a real tomada de decisões de política. O OCP – no caso, a SG do Ministério do Planejamento não tem posição correspondente na hierarquia dessa organização. (Monteiro e Cunha, *ibidem*: 1063)

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1965-1966) não era muito diferente do Plano Trienal, ao propor medidas contra a inflação e procurar o desenvolvimento econômico, diminuindo o déficit público. O PAEG pôde, no entanto, ser bem-sucedido tanto por conta das novas condições políticas que se apresentavam quanto por conta da nova fórmula do reajuste salarial, que se valeu do achatamento em larga escala, garantindo sobre fôlego para os investimentos. Reis Velloso – o primeiro presidente do recém-criado Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, afirmava no entanto que o PAEG, teria sido “um avanço”, uma vez que “propôs conciliação entre crescimento e estabilidade de preços, desenvolvimentismo soft” (D’Araújo; de Farias; Hippólito, 2005: 22-23).

A elaboração e a execução do PAEG foi um primeiro desafio para o planejamento que então se estruturava. Além da estrutura do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, também o IPEA e os Grupos Setoriais (em cada Ministério), que ainda estavam em processo de institucionalização, foram envolvidos (Reis Velloso, 2004:84). Será apenas com a publicação do Decreto-lei No 200, de 25 de fevereiro de 1967, que a Ditadura irá cristalizar tal estrutura.

5 – ESFORÇO DE SÍNTESE: PLANEJAMENTO E PLANEJAMENTOS NO BRASIL

O planejamento e particularmente o planejamento do desenvolvimento parecem lançar as bases de seu apelo e sua aderência aos projetos políticos a partir de dois vetores centrais no mundo contemporâneo: a razão e a imaginação²³. Uma resposta possível a observação de

²³ Para o papel central da imaginação no mundo contemporâneo veja-se Appadurai...

Robertson²⁴ (“Porque praticamente todos os países do mundo tiveram um plano de desenvolvimento nacional no século XX?”), então, seria o surgimento de uma nova dimensão, específica aos regimes de poder desde então que, se utilizando da promessa como um vínculo moral entre o presente e o futuro cria formas específicas de sociabilidade; estas por sua vez, configuram novos espaços para a construção das coalizões que se utilizam do “planejamento” em seus regimes de dominação.

Essa dimensão imaginativa e temporal sempre esteve bastante presente na política do Brasil, especialmente a partir do século XX, tão pródigo na construção de lideranças carismáticas e que apelam ao futuro como promessa. A ditadura militar se utilizou tanto do passado quanto do futuro no seu processo de legitimação. O passado apareceu, como mostramos, no caráter de “restauração da ordem” através do combate ao “purulento comunismo” que estaria a contaminar não apenas a sociedade, mas também o próprio governo. O futuro aparece como um momento glorioso porque está sendo planejado, e planejado por técnicos de extrema competência, afastados das tentações de possuírem qualquer critério “político”.

Os regimes de poder que tem no planejamento e na sua promessa uma dimensão central possuem, portanto, muito em comum, mesmo que suas raízes ideológicas e perspectivas sejam distintas. O propósito do recorte temporal proposto na análise teve como intenção explorar ao máximo possível as aproximações e os distanciamentos, de forma a procurar alguns ganhos analíticos.

Ambos os governos se utilizaram da ideia do planejamento como um elemento importante em seus projetos de legitimação. Os dois ministros do planejamento no período – Furtado e Campos – eram tecnocratas, altamente capacitados em suas atuações. Ambos tiveram experiências administrativas junto ao mesmo bloco no poder (“populista”), mas acabaram por assumir posições políticas distintas à medida em que as tensões nesse bloco se agravaram a partir da segunda metade da década de 50.

Parece ser prudente não exagerar as diferenças entre os dois governos no que diz respeito ao planejamento. É claro que o governo Goulart era um governo de esquerda, que se identificava com o terceiro-mundismo então em voga, flertando com a socialdemocracia. O Plano Trienal,

²⁴ Resposta essa que desenvolvemos, reiteremos, a partir do texto, fundamental para nós, de Abram e Weszkalnys, 2013.

assim como todo o tratamento concedido ao planejamento no curto governo Goulart, no entanto, em nada se aproximava do socialismo. Antes, propunha uma gestão responsável do capitalismo, apostando no elemento “nacional” como propulsor. Também estavam ausentes propostas de incluir conselhos ou sindicatos de trabalhadores como instâncias de decisão ou mesmo consulta. O Plano Trienal e o planejamento não foram utilizados como elementos de mobilização, o que seria de esperar se eles fossem efetivamente “estratégicos”²⁵.

Já a ditadura se utilizou do planejamento como um elemento a garantir que os melhores esforços “técnicos” estavam sendo feitos para o “desenvolvimento” do país. Desvinculado da política, o planejamento se tornou um elemento desmobilizador.

BIBLIOGRAFIA:

Abram, Simone; Weszkalnys, Gisa (Eds.). 2013. Elusive promises: Planning in the contemporary world. New York/Oxford: Berghahn Books.

Benevides, Maria Victória de Mesquita. 1979. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bielschowsky, R. 2000. “Cinquenta anos de pensamento econômico na CEPAL”. In: Ricardo Bielschowsky (Org.). Rio de Janeiro: Record. Pp. 13-65.

Campos, Roberto. 1994. A lanterna na popa: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks.

_____. 1967. Reflections on Latin American Development - University of Texas Press.

_____. 1965. Política econômica e mitos políticos.

_____. 1964a. Ensaio de história econômica e sociologia.

_____. 1964b. A moeda, o governo e o tempo.

_____. 1963. Economia, planejamento e nacionalismo.

Daland, R.T. 1965. Estratégia e estilo do planejamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda.

²⁵ É importante problematizar, para efeitos futuros da pesquisa acerca do “planejamento do desenvolvimento”, essa afirmação. Quais são seus fundamentos empíricos para além da retirada do Plano e do desmonte do Ministério do Planejamento? Rosa Furtado afirma (op. cit: 15) que a partir do momento que foi encarregado da elaboração do Plano Trienal, Furtado ficou “como que imbuído de uma missão; (...) fez dezenas de viagens e conferências para explicar o plano e persuadir os oponentes de sua necessidade para o desenvolvimento do país”.

da Silva, Sueli. 50 anos em 5: o Plano de Metas. Verbete CPDOC/FGV. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>. Acesso em 06/10/2020.

Dreifuss, René. 1981. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fico, Carlos. “O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento”. In; Mota, C.G. (Org.) Viagem incompleta (1500-2000): a experiência brasileira. (Vol. 2: A Grande transação). São Paulo: Senac

Fiori, José Luís. “A propósito de uma ‘construção interrompida’”. In: Maria da Conceição Tavares (Orga.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. pp. 33-58.

Furtado, Celso. 1996. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [1974].

_____. 1962. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. In: Rosa Furtado (Dir.). 2011. O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado. pp. 35-440.

_____. 2000 [1959] Formação econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Publifolha.

Furtado, Rosa (Dir.). 2011. O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.

Furtado, Rosa. 2011a. “A história de um plano” In: Rosa Furtado (Dir.). O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado. pp. 07-22.

_____. 2011b. “A batalha nos jornais: do alcorão à revolução”. In: Rosa Furtado (Dir.). O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado. pp. 489-500.

Green, James N.; Jones, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, June 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06/10/2020.

Ianni, Octavio. 1965. Estado e capitalismo – estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lafer, Celso. 2002 [1970] JK e o Programa de Metas (1956-1961) – processo de planejamento e sistema político no Brasil. FGV, 2002.

Monteiro, Jorge; Cunha, Luiz. Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil (1934-1963). IPEA. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, Vol. 4, No 01, fevereiro de 1974. pp. 1-24.

_____. A organização do planejamento econômico: o caso Brasileiro. IPEA. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, Vol. 3, No 04, dezembro de 1973. pp. 1045-1064.

Oliveira, Irene. 2003. Missão Cooke: Estado Novo e a implantação da CSN. Rio de Janeiro: E-papers.

Rauchway, Eric. The great depression & the new deal – a very short introduction. New York: Oxford, 2008.

Ribeiro, Thiago. 2012. Das missões à Comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da ‘Missão Abbink’ (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Obtido em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1643.pdf>. Acesso em 08/07/2020.

Ricupero, Rubens. 2017. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). Rio de Janeiro: Versal Editores.

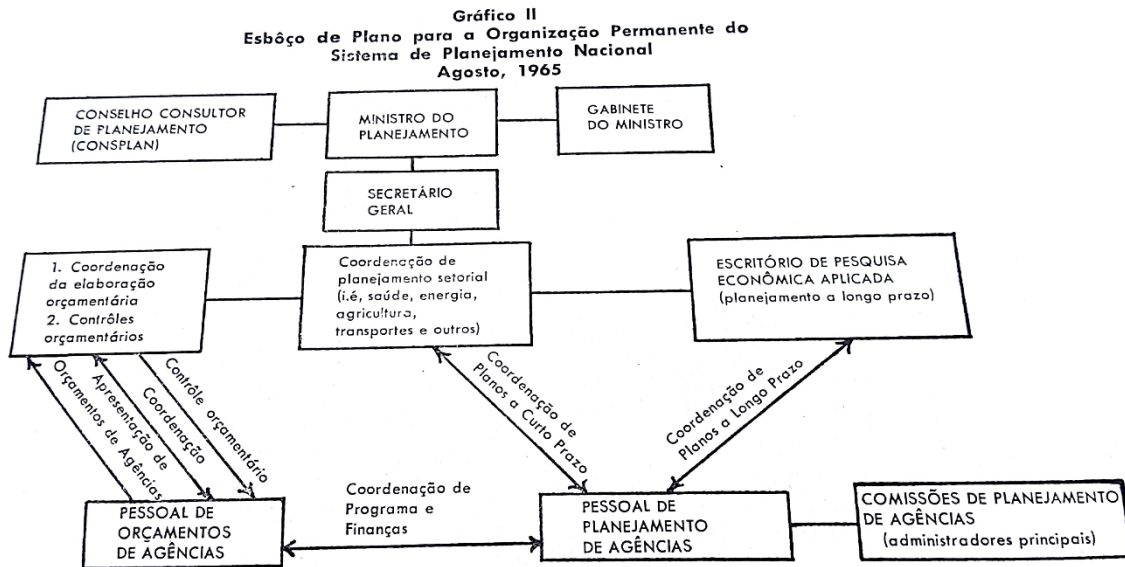
Robertson, A.F. 1984. People and the State: An Anthropology of Planned Development. Cambridge: Cambridge University Press.

Skidmore, Thomas. 1982. De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930/1964. São Paulo: Paz e Terra.

Sohn-Rethel, Alfred. The economy and class structure of german fascism. Exeter: A. Wheaton & Co., 1987

Teixeira, Carla; Castilho, Sérgio. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: etnografia de uma instituição. Brasília: ABA/AFIPEA (a sair brevemente).

ANEXO I: Organograma do sistema de planejamento tal como Daland (1969: 116) traçou a partir de sua pesquisa na época, que incluiu entrevistas realizadas com membros do ministério do planejamento:



Fonte: Entrevistas no Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1965.